



Ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Serra e demais Vereadores.

Os Vereadores que a esta subscrevem, vem, pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica Municipal, após a tramitação regimental e dada ciência ao plenário desta Casa de Leis, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo o seguinte:

PROJETO INDICATIVO Nº _____ / 2026

EMENTA: Dispõe sobre a implantação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas unidades do Departamento de Assistência Judiciária Municipal (DAJUM) e do PROCON Municipal da Serra, e dá outras providências.

Art. 1º Fica indicado ao Poder Executivo Municipal a criação de um serviço de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a ser disponibilizado de forma contínua nos departamentos de atendimento ao público do Departamento de Assistência Judiciária Municipal (DAJUM) e do PROCON Municipal da Serra.

Art. 2º O serviço de que trata o Artigo 1º deverá contar com profissionais qualificados para realizar a mediação comunicacional entre servidores e o público surdo ou com deficiência auditiva, garantindo o pleno acesso aos serviços prestados por estes órgãos.

Art. 3º Caberá à Prefeitura Municipal da Serra a organização e a forma de implementação do serviço, seja por meio da contratação de profissionais efetivos,



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>
Assinado digitalmente por: Major Pissolatti nº 225 34 0290736093503503400290760207110 (27) 9251-8300
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



da criação de um banco de intérpretes para atendimento sob demanda, ou de outro modelo que se mostre técnica e administrativamente viável.

Art. 4º Esta Indicação entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto Indicativo visa garantir o pleno exercício da cidadania e o acesso à justiça e aos direitos do consumidor para a população surda e com deficiência auditiva do município da Serra. A medida se fundamenta na necessidade de promover a inclusão e a acessibilidade em serviços públicos essenciais, que realizam um volume expressivo de atendimentos diretos à população, incluindo a realização de audiências de conciliação e orientação jurídica.

É sabido que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei Federal Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Este dispositivo legal assegura o direito das pessoas surdas a um atendimento adequado nos serviços públicos. A ausência de intérpretes de Libras em órgãos como o DAJUM e o PROCON representa uma barreira comunicacional que impede o acesso a direitos fundamentais, colocando o cidadão surdo em situação de vulnerabilidade.

Dados recentes sobre a população com deficiência reforçam a urgência desta medida. Segundo o "Diagnóstico da Pessoas em Deficiência no Espírito Santo", realizado pela Secretaria de Direitos Humanos e divulgado pela APAE-ES, o estado possui 276.305 pessoas com deficiência, o que corresponde a 6,7% da população. Deste total, 11,2% possuem deficiência auditiva. Notavelmente, o município da Serra concentra o maior número de pessoas com deficiência no estado, com um total de 33.239 cidadãos. Isso indica a existência de uma demanda reprimida significativa por serviços acessíveis em nosso município.



